

PARECER JURIDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019

A Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, no seu artigo 38, inciso VI e parágrafo único, submete à apreciação desta Assessoria o Edital e a Minuta do Contrato Administrativo, referente ao procedimento licitatório, TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019, que tem como objetivo a Contratação de empresa de engenharia para realização de serviços em regime de mutirão de coleta manual de entulhos para combate aos focos do Aedes Aegypti através de campanha promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Anísio de Abreu.

Dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento, tais como: requisições formuladas pelos órgãos interessados, com a completa discriminação e especificações do objeto; informação do setor financeiro atestando existência de recursos orçamentários para 2019, visando a realização da despesa; Minuta do edital, com os respectivos anexos; cópia da Minuta do Contrato Administrativo.

É o relatório, passamos a opinar.

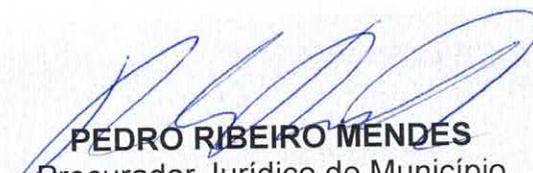
A elaboração do edital, referente ao procedimento administrativo em análise, seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, especialmente ao que dispõe os artigos 40 e 43 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, oferecendo oportunidade de concorrência e seguindo todos os princípios preconizados nos diplomas legais anteriormente citados.

Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, elencados no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do instrumento convocatório resumido, realizada na forma da lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Anísio de Abreu-(PI), 05 de abril de 2019.



PEDRO RIBEIRO MENDES
Procurador Jurídico do Município
OAB/PI-8303